



Universidade de Brasília - UNB
Faculdade UNB Planaltina- FUP
Licenciatura em Educação Campo – LEdoC

Trabalho de Conclusão de Curso

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

Planaltina-DF
2015

Diná Moreira de Aquino

**Orientadora: Professora Dr^a Eliene
Novaes Rocha**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, área de Linguagens da Faculdade UnB Planaltina.

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

Planaltina – DF
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me abençoado e me dado força e dedicação para continuar e conseguir chegar até aqui, e também possibilitado o conhecimento adquirido na Universidade, que vou levar para sempre em minha vida. A minha família pela força, paciência e por acreditar na minha capacidade. Aos colegas do curso, por estarmos juntos nessa batalha. Aos meus amigos que sempre me apoiaram nessa caminhada. A minha orientadora Eliene Novaes Rocha que, com paciência e pensamentos positivos, me apoiou e ajudou nesse trabalho. E por último, mas não menos importante agradeço a todos os professores que passaram durante todo o curso contribuindo para minha formação, e também as professoras Osanettee Juliana Caixeta que aceitaram compor a minha banca de defesa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como acontece inclusão escolar no contexto da Educação Inclusiva, como a escola pública do Distrito Federal vem buscando garantir o processo de inclusão dos alunos com deficiência. A análise foi realizada a partir da experiência de quatro alunos, e diálogo com professores, em duas escolas públicas rurais do Distrito Federal. O trabalho de campo foi construído através dos seguintes instrumentos para coleta de dados: relatório de observação participante, leitura documental e entrevistas semiestruturadas. Por meio desse trabalho, pude verificar que não há política de Inclusão específica para as escolas rurais do DF, e com isso o aprendizado dos alunos com deficiência nas duas escolas pesquisadas fica comprometido.

Palavras-chave: Inclusão, aprendizado; educação do campo, políticas, escola rural.

ABSTRACT:

The aim of this study was to reflect on the School Inclusion such as public school in the Federal District has sought to ensure the process of inclusion of students with disabilities from the four students experience, and interviews with two teachers in two rural public schools in the Federal District. The fieldwork was built through the following instruments for data collection: participant observation report, document reading and semi-structured interviews. Through this work, I observed that there is no specific inclusion policy for rural schools of the Federal District, and with it the learning of students with disabilities in the two schools surveyed is compromised.

Keywords:Inclusion, learning

Lista de Siglas/Abreviaturas

AEE: Atendimento Educacional Especializado

ASPROESTE: Associação dos Produtores Rurais do Lago-Oeste

CF: Constituição Federal

GDF: Governo do Distrito Federal

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PDE: Plano Distrital de Educação

PPP: Projeto Político Pedagógico

SEE: Secretaria de Educação Especial

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo 1: OS PASSOS METODOLÓGICOS E AS OPÇÕES DE PESQUISA.....	11
Capítulo 2: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS.....	16
2.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	21
2.2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL NO CAMPO.....	26
Capítulo 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
APÊNDICE.....	43

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como acontece InclusãoEscolar no contexto da Educação Inclusiva, a partir da experiência de quatro alunos em duas escolas públicas rurais do Distrito Federal (DF), e ainda analisar como a escola pública do Distrito Federal vem buscando garantir o processo de inclusão dos alunos com deficiência, dialogando sobre a real situação das escolas para processo de inclusão e quais as condições necessárias à inclusão destes alunos na escola pública.

O tema justifica-se pela necessidade de conhecer e compreender melhor a educação inclusiva nas escolas rurais do Distrito Federal. Além disso, a importância de pesquisar o acesso à educação de pessoas com deficiência e suas necessidades educativas especiais, analisando como o aluno com deficiência interage com seus colegas em sala de aula e com os professores, e por último, verificar como a escola pesquisada está se organizando nesse contexto. O interesse pelo assunto se deu quando pude observar minha neta, que após alguns dias de nascida apresentou cardiopatia congênita complexa; e após um ano, devido a uma cirurgia apresentou paralisia cerebral. Com essa situação fui então me questionando como poderia participar do processo educativo, tendo em vista que em geral a escola do campo não dispõe de toda uma estrutura para que possa receber essas crianças ou um professor com formação necessária que possa acompanhá-la em casa.

A opção de pesquisa se deu durante o período da minha formação na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), quando pude perceber a importância de lutarmos por uma Educação de qualidade nas Escolas rurais, com isso comecei a despertar o interesse em saber se as escolas rurais do DF tem acesso as políticas de Inclusão.

A educação inclusiva surgiu para proporcionar o desenvolvimento e a aprendizagem às pessoas em situações diferenciadas de desenvolvimento nas escolas regulares. Sendo que seu principio fundamental consiste em que, todos os alunos devem aprender juntos, visando garantir o acesso e a participação de todos, em tudo que a escola possa ofertar, ou seja, uma educação de qualidade. Busca-se assegurar que o aluno não esteja somente

matriculado, mas que tenha a oportunidade de desenvolvimento de suas capacidades e habilidades cognitivas e de convivência social.

A educação de alunos com deficiência nas escolas regulares é sem dúvida uma grande conquista para uma classe, que era considerada anteriormente como “excluída” da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394.96) reserva o Capítulo V a este público, bem como afirma a necessidade de ter profissionais qualificados ao atendimento de alunos com deficiência como um caminho para a educação democrática (BRASIL, 1996).

No entanto, muitos professores nunca tiveram nenhuma orientação em relação às especificidades e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência. Alguns autores que abordam a inclusão, pontuam que esses alunos vivenciam processos cognitivos, com características iguais aos das crianças normais no que se refere a escrita e leitura, embora com ritmo diferenciado de aprendizagem (LIMA, 2006).

Portanto, a falta de formação profissional para lidar com essa demanda, pode repercutir tanto no fracasso escolar, quanto no sentimento de impotência dos professores diante do desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Será que isso acontece na prática das escolas públicas? Quando questionamos em relação ao ensino brasileiro, principalmente, com enfoque no processo inclusivo pensamos logo na falta de recursos para a educação pública, estrutura, escolas, especialmente no campo, que não favorecema acessibilidade por desinteresse do governo com a educação.

Como futura educadora, pretendo contribuir para que as escolas do campo venham formar sujeitos críticos, capazes de lutar pelos seus direitos, principalmente o direito à escolarização trazendo o conhecimento e uma formação para transformação, incentivando o homem do campo a buscar alternativas para as condições materiais e ideológicas do trabalho alienado e para as dificuldades de reprodução social da classe trabalhadora do campo. E por ultimo defender o ensino que emancipa e não que submeta os alunos intelectualmente.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro apresento a metodologia utilizada e as opções de pesquisa. No segundo capítulo foram sistematizados os estudos construídos a partir da pesquisa, a reflexão de

autores, tais como: Vygotsky, Molina, a Declaração de Salamanca e as leis que regem as políticas de Inclusão, possibilitando a sistematização das categorias: Educação Inclusiva e Inclusão Escolar, a concepção de educação do campo e o processo de inclusão e as políticas de inclusão da rede pública do Distrito Federal no campo. Por último no terceiro capítulo socializeia coleta de dados realizada durante a pesquisa de campo que são os resultados da pesquisa e sua discussão, tanto dados coletados a partir da observação, leitura do PPP da escola-campo e entrevista semiestruturada aos sujeitos envolvidos no processo de Inclusão Escolar dos referidos alunos. Portanto os resultados da pesquisa realizada permitiram compreender que se faz necessário propor alternativas inclusivas para a educação e não para a escola. A escola integra o sistema educacional como: conselhos, serviços de apoio e outros que se efetiva as relações de ensino e aprendizagem, através de diferentes metodologias, todas elas alicerçadas nas diretrizes de ensino nacionais e, portanto, a busca por políticas inclusivas que sejam implementadas nesse espaço que é urgente. Ao finalizar o processo de pesquisa e sistematizar este trabalho monográfico, o sentimento é do quanto é importante a Educação Escolar para a vida dos alunos com deficiência e o educador é a base para seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 1

OS PASSOS METODOLÓGICOS E AS OPÇÕES DE PESQUISA

Neste trabalho foi utilizada pesquisa qualitativa. É importante destacar que neste tipo de pesquisa é permitido ao pesquisador observar, registrar e analisar as variáveis.

Na abordagem qualitativa o pesquisador tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados sendo ele próprio o principal instrumento de coleta (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Segundo Goldenberg (2001, p.51) “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos com seus próprios tempos”. O mesmo acrescenta que o método qualitativo é necessário para a realização de um trabalho de campo.

A escolha pela metodologia qualitativa se deu por estar interessada em investigar se realmente há Inclusão nas escolas públicas rurais do Distrito Federal. A metodologia qualitativa tem interesse nos significados que são construídos pelos participantes na interação com a pesquisadora, neste caso, num contexto específico, a escola. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.68) a pesquisa qualitativa é necessária, pois asseguram conceitos e objetivos que devem ser alcançados. Além disso, os seus métodos trazem uma colaboração aos trabalhos de pesquisa, no plano de ajudar e melhorar o entendimento dos acontecimentos.

A este propósito Bogdan e Biklen (1994,) afirmam que.

Os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. (...) como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo que as atividades que ocorre na sua presença não difiram significativamente daquilo que se passa na sua ausência. (p.68).

As observações participantes dão espaço para examinar as atividades, as características físicas e sociais do indivíduo analisado em seu contexto de atuação, e com isso sentimos parte integradora daquela situação.

A técnica de pesquisa foi a observação, que permitiu, uma participação mais profunda e interação entre a observadora e os observados.

Observadoras e observadas encontram-se face a face, e onde o processo de coleta de dados se dá no próprio ambiente de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objeto de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em dado projeto de estudos (SERVA e JUNIOR, 1995, p.64).

A coleta de dados se deu através de entrevistas, com os sujeitos envolvidos na pesquisa, que foram os professores. As observações foram registradas em um diário de campo, nos quais foi possível registrar tudo que se passou nos locais observados. Optei pela entrevista semiestruturada por dar liberdade ao pesquisador desenvolver cada situação, podendo assim explorar mais amplamente a questão.

Durante as observações foi utilizado um diário de campo para registrar o que se passava no local observado. Para Gomes (2008) o diário de campo é uma técnica imprescindível na pesquisa de campo em toda sua etapa, sendo fundamental na observação participante, para que os objetivos sejam satisfatórios. Nele, observações do dia-a-dia devem ser registradas; sentimentos vivenciados pela pesquisadora no relacionamento com seus pesquisados. Esses sentimentos são possivelmente muito pessoais conjunturais e podem ajudar a definir os sentidos da pesquisa e, mais tarde, a esclarecer o quanto a pesquisadora estava sendo objetiva ou não.

A coleta de dados aconteceu após o consentimento dos sujeitos pesquisados, sendo esclarecidas algumas dúvidas relacionada à pesquisa. Os pesquisados foram identificados apenas pelo primeiro nome para preservar suas identidades e privacidade.

A pesquisa foi realizada no Centro Educacional Agrourbano/ Ipê localizado no CAUB I Riacho Fundo II e no Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota, localizado no Lago-Oeste em Sobradinho. As duas escolas estão localizadas no Distrito Federal. A pesquisa se deu no primeiro momento através de observação, através do diário de campo e a coleta de dados referentes ao estudo proposto e realizar análise destes dados juntamente com a pesquisa bibliográfica, com o propósito de entender e tornar evidente sobre como se dá à inclusão escolar dos alunos com deficiência nestas escolas.

Escolhi o CAUB I, por ter trabalhado um projeto de uma bolsa universitária que tenho pela faculdade e a escola professor Carlos Ramos Mota por ser mais acessível.

O trabalho de observação foi realizado em duas turmas do Ensino Fundamental no Centro Educacional Agrourbano/ Ipê no CAUB I, e em duas turmas do Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota no Lago-Oeste, sendo uma turma do ensino médio, e uma turma do Ensino Fundamental.

No Centro Educacional Agrourbano/ Ipê, a pesquisa só pode ser realizada no Ensino Fundamental devido ser uma escola pequena e o único aluno com deficiência do ensino médio, não frequenta quase as aulas e além de tudo estava doente, por isso não tive a oportunidade de encontra-lo. O Centro Educacional Agrourbano localiza-se no CAUB I (Combinado Agrourbano de Brasília I) O CAUB I foi um modelo de reforma agrária, no qual foram selecionadas 100 famílias que receberam um lote constituído por uma residência e uma chácara. Quando os agricultores chegaram ao CAUB I, não havia escola e seus filhos tinham que estudar na Escola Classe Ipê. A construção do Agrourbano iniciou-se em 1987. A escola atende: séries iniciais 2º ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio, em 8 salas de aula que funciona nos períodos: matutino, vespertino e noturno, no total de 456 alunos.

Já no Centro Educacional Professor Carlos Mota a realidade é outra, os alunos da região estudavam na sede da associação, a escola foi criada no mês de agosto do ano 1998, após reivindicação da Associação dos Produtores Rurais do Lago-Oeste (ASPROESTE). A escola atende o Ensino Fundamental e Ensino Médio, em 16 salas de aula que funcionam nos períodos: matutino, vespertino e noturno, no total de 1.560 alunos. O Lago-Oeste é uma região nobre de Brasília, a escola recebe os estudantes de um assentamento da região, os filhos dos caseiros das chácaras, mas a maioria dos estudantes é composta por filhos dos chacareiros, araras e etc. Além das 16 salas de aula, a escola possui uma sala de recurso, uma sala de vídeo e uma sala de computação.

O estudo foi composto por professores e alunos com deficiência atendidos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das duas escolas supracitadas, quando foi feito o convite aos participantes que concordaram em participar da pesquisa.

Os professores participantes atuam nas áreas de Língua Portuguesa, Inglês e Matemática. Foram entrevistados dois professores, um professor que atua no Ensino Fundamental no CAUB I, e outro no Ensino Médio no Centro Educacional Professor Carlos Mota.

Os sujeitos observados foram os alunos, Hiago com 12 anos de idade, é um aluno usuário de cadeira de rodas, e esta cursando o 6º ano do ensino fundamental Marcos Vinicius de 17 anos com o diagnóstico de paralisia cerebral, é aluno do 9º ano do Ensino Fundamental, ambos no Centro Educacional Agrourbano/ Ipê. A outra observação se deu no Centro Educacional Professor Carlos Mota, foram observados os alunos Jhonata Souto 17 anos, que possui deficiência intelectual, (escuta, mas não processa as informações), é aluno do 7º ano do Ensino Fundamental e Luciana, 18 anos ela apresenta deficiência intelectual, sinal de esquizofrenia e epilepsia é aluna do 2º ano do Ensino Médio, todos esses diagnósticos de deficiência dos alunos foram informados pelos professores, monitores e profissionais da sala de recurso.

As entrevistas com os professores foram realizadas em uma sala da própria unidade escolar, com permissão dos próprios professores. Escolhi os alunos do CAUB I por serem os dois alunos que frequentam constantemente as aulas e no Centro Educacional Professor Carlos Mota fui orientada pela sala de recurso a acompanhar esses dois devido ao horário que cheguei na escola e o professor ser mais receptivo um professor de cada escola apenas para responder as perguntas para as quais necessitava para contextualizar a pesquisa. Durante a pesquisa fiquei um período em sala de aula observando os alunos, e ao mesmo tempo os professores. Durante esse tempo tive mais afinidade com dois professores que foram os que mais se dispuseram a colaborar com a pesquisa, por isso convidei-os a participar respondendo ao questionário.

O roteiro de entrevista, instrumento de pesquisa, foi elaborado com vistas a entender a perspectiva e visão do professor no processo de inclusão do aluno com deficiência no ensino público regular. Nos questionamentos buscou-se compreender quais os sentimentos vivenciados pelo professor ao primeiro contato com estes alunos. Buscou-se ainda saber se há formação para os professores nas escolas pesquisadas e quais os temas abordados nessas capacitações. Questionou-se ainda sobre as formas de ensinar aos alunos com

deficiência, se acham que é ou não correta. E por último foi solicitado para que opinassem sobre qual metodologia seria melhor aplicada para que seja melhor absorvida por esses alunos.

A organização dos dados foi realizada através da transcrição íntegra das entrevistas, registrando cada fala dos participantes com o objetivo de facilitar a análise, compreensão e sistematização dos dados dos entrevistados e as categorias nas quais se chegou ao sentido particular das respostas.

|

CAPÍTULO 2

AS POLITICAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares, com apoio de Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário, passando então a tomar espaço e fazer-se presente nas discussões das questões sociais. Esses direitos indicam o reconhecimento da cidadania dessas pessoas.

O MEC afirma que:

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência (BRASIL, 2004, p.4).

Entende-se que escola inclusiva é aquela que se preocupa, com a qualidade do ensino, preparando assim os educadores para receber qualquer aluno com conhecimento de seus limites e aprendendo sobre suas capacidades e necessidades. A educação inclusiva exige uma maior qualificação profissional do professor, e um projeto educativo ampliado e diversificado para que possa atender as necessidades de todos os alunos.

Portanto, entende-se que, para que exista inclusão faz-se necessário que os direitos individuais e coletivos do cidadão sejam atendidos, que sejam construídos espaços adequados e alternativos para o convívio dessas pessoas, de forma que não venham depender de outras pessoas ou mesmo da família.

Esse é um direito assegurado pela Constituição Federal (CF) que determina em seus artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento. (BRASIL, 1988)

Ainda o art. 208 da CF estabelece que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (BRASIL, 1988).

A inclusão foi constituída para igualar as oportunidades e participação de todos na educação, para garantir o “desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva mais justa” (BRASIL, 2005, p. 7). Isso implica em equidades. Devemos buscar essa igualdade deixando então de acreditar na superioridade de alguns e inferioridade de outros e assim defender a ideia que o ensino emancipa.

A LDB, em seu Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, determina “que é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência [...]”. (BRASIL, 1996, ART. 4º)

Portanto as pessoas com deficiência precisam de apoio e de incentivo, dos seus familiares, dos professores e de todo o conjunto da sociedade para que haja uma verdadeira inclusão. Sabemos que é um desafio para a escola enfrentar os obstáculos em torno desse assunto, que são muitos, mas devem ser superados todos os problemas para que o aluno com deficiência tenha acesso a uma sala de ensino regular para que conquiste sua autonomia e um desenvolvimento satisfatório.

Segundo Vygotsky (2011), quando nos deparamos com uma pessoa com deficiência imaginamos logo de cara que ele nunca irá aprender, a nossa cultura nos faz enxergar assim, o que na realidade isso não ocorre, existem outros métodos que podem facilitar o aprendizado.

Pode-se assim dizer que a inclusão trata questões como a participação igualitária dos cidadãos, respeito às diferenças, uma ação pedagógica que resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. O MEC (BRASIL, 2005), referenciando na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), afirma que, a escola deverá ainda ser acolhedora, acolhendo todos os tipos de criança, seja de rua, superdotadas, nômades, de qualquer

etnia ou cultura, ou de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 2005). A escola não pode fazer distinção e deverá receber a todos de forma igual, esta deve estar preparada para recebê-los.

No Brasil a educação especial está definida como modalidade de ensino destinada aos alunos com deficiência, regida pela LDB.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996, art.58, p.33).

Educar a todos sem distinção é um princípio democrático que pode se evidenciar somente nos sistemas educacionais que se especializam em atender a todos.

As escolas necessitam de mudança de inovação e modernização, necessitam ainda de uma reestruturação das condições atuais. As escolas necessitam ainda mudar o ensino nelas ministrados, esta deveria entender que o ensino não deveria ser diferenciado, essa diferença deveria ser feita pelo aluno ao aprender.

Portanto, seus aprendizados deverão ser compartilhados, tendo um olhar crítico da realidade vivida, contribuindo assim para um “processo mais amplo de transformação social” (MOLINA e SÁ, 2012, p. 325), “onde juntos possamos levantar uma nova concepção de educação, trazendo assim a realidade dos sujeitos do campo para dentro da escola, produzir então um conhecimento que tenha sentido e que ajude a mudar a realidade das pessoas” (MOLINA, 2015¹). Esse debate sobre a inclusão foi se ampliando e se solidificou nas leis brasileiras com o passar do tempo. Nossa carta magna, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), o Plano Distrital de Educação (2015) e por último a Orientação Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do GDF (2010), são expressões dessa concretização. Nessas legislações, a educação é um direito assegurado a todos, visando o desenvolvimento integral do aluno, devendo haver iguais condições no acesso e permanência na instituição de ensino, sendo garantido um padrão de qualidade.

¹¹ Fala proferida pela professora Monica Molina durante o seminário de qualificação de TCC do Residência Agrária no dia 18 de abril de 2015

A educação inclusiva exige uma maior qualificação profissional do professor, e um projeto educativo ampliado e diversificado para que possa atender as necessidades de todos os alunos.

Nesta direção, o MEC afirma que:

Toda criança tem direito fundamental à educação [...]. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (BRASIL, 1994, p.1).

A escola preparada e estruturada adotando estratégias pedagógicas especializadas para atender aos alunos com qualquer tipo de deficiência, respeitando assim suas limitações, ritmos e diferenças, é a escola ideal para atender essas crianças. Pois é através da escola inclusiva que a sociedade se tornará capaz de mudar sua atitude discriminatória, tornando assim uma sociedade acolhedora capaz de tratar o deficiente com igualdade.

Garantir a inclusão, não é somente falar sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas e sim lutar contra o desrespeito, contra as interpretações tendenciosas da nossa legislação, pela qualidade e melhoria no ensino. Então, pode-se considerar a inclusão uma modernização ou inovação no sistema educacional. Foi possível constatar através da pesquisa que a escola deverá estar preparada e estruturada adotando estratégias pedagógicas especializadas para atender aos alunos com qualquer tipo de deficiência, respeitando assim suas limitações, ritmos e diferenças. Pois é através da escola inclusiva que a sociedade se tornará capaz de mudar suas atitudes discriminatórias, tornando assim uma sociedade acolhedora capaz de tratar o deficiente com igualdade.

2.1. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROCESSO DE INCLUSÃO

No Brasil a educação do campo passou a se consolidar como uma política pública, através da luta dos movimentos sociais, cobrando o que é de direito a população camponesa, começaram as discussões, seminários e congressos rurais. Houve então uma grande conquista da população rural ao longo desses anos em relação aos anos anteriores. (BRASIL, 2012).

Mas ainda existe muito a ser conquistado para a Educação no campo; A maioria das escolas rurais não tem concepção de escola do campo. São escolas construídas historicamente, a qual faz parte do processo histórico do Brasil e do mundo. Foram inspiradas na igreja, sendo então criada dentro do modelo econômico da época, e assim formando os alunos somente para o trabalho esquecendo-se da formação para a vida. Uma das lutas da educação do campo é transformar a escola rural em escola do campo.

Assim, conforme apresenta Molina e Sá (2012):

A intencionalidade de um projeto de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político, atribui a escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 325).

A educação do campo tem como papel fundamental formar a consciência no aluno, e seu grande empenho devem ser, fazer com que esse aluno aprenda desmistificar o que está lhe subordinando, tendo como diferencial conhecer a realidade do aluno, mudar as relações sociais nas escolas, sendo ainda um grande desafio mudar a realidade e as contradições.

A escola do campo deverá estar articulada à vida, vinculada a realidade e firmada nos saberes próprios dos estudantes. Isso significa que a escola não deve estar somente restrita a sala de aula. Assim, deve ser a escola do campo pela qual nos alunos e professores estamos nos empenhando para alcançar.

Outro aspecto central a ser transformado na escola do campo é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 329).

A escola do campo deverá ser relacionada com a comunidade e seus conhecimentos históricos adquiridos ao longo da vida. Nessa relação da escola com a comunidade deve haver mediação entre professores, funcionários da escola, lideranças comunitárias, famílias, movimentos sociais e parcerias.

Segundo a Secretaria de Educação Especial (SEE) do MEC, a concepção de escola inclusiva, deve se preocupar com a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde com qualidade pedagógica”. (BRASIL, 2004, p. 8).

Como podemos ver a concepção de escola inclusiva está ligada a concepção de escola do campo, que deve conhecer o aluno e compreender seu estado de desenvolvimento e sua cultura. Em seus conceitos deverá ligar a vida com a realidade.

Pode-se dizer que a educação do campo é tudo aquilo que acontece dentro e fora da escola, ela não se dá somente na escola. Quando isso acontece os valores e saberes dos sujeitos são valorizados. Assim deverá ser a escola do campo presente na nossa realidade.

Molina e Sá (2012), afirmam ainda que:

[...] Devem promover a construção de espaços coletivos de decisão sobre os trabalhos a serem executados e sobre as prioridades da comunidade nas quais a escola pode vir a ter contribuições. Outra dimensão significativa nas escolas do campo é a lógica do trabalho e da organização coletiva. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 329).

A escola deve extrapolar o espaço da sala de aula estabelecendo vínculos com a realidade local e seus sujeitos. O trabalho coletivo é um círculo que movimenta a vida e deve envolver o maior número de pessoas para que possa se efetivar.

O importante desse trabalho é que todos ensinam e todos aprendem, não existe quem sabe mais ou menos e, sim, o compartilhamento dos saberes. Esses saberes sendo resgatados poderão fazer parte do processo pedagógico, ancorado naquilo que está presente na vida da coletividade, ou seja, na memória coletiva.

Construir estratégias faz parte do trabalho como princípio educativo. Promover a auto-organização dos educandos, ter espaços educativos onde os sujeitos aprendam a se organizar. Como exemplo pode-se citar setores de trabalho, mística e outros. Aprende-se enfrentando as contradições.

O trabalho como princípio educativo, tem que ser educativo, servindo para trazer a vida do estudante e ligá-lo a ciência. O trabalho coletivo deve se organizar integralmente com a participação dos sujeitos envolvidos. Ele não é qualquer trabalho. É preciso compreender a finalidade do trabalho. Avaliar para continuar ou reavaliar é uma responsabilidade coletiva.

O acesso aos conteúdos faz com que o aluno entenda as contradições e venha tentar mudar a sua realidade. Pensar cientificamente é pensar usando teorias. A ciência tem que servir para melhorar a vida dos homens. Esse é o entendimento, esse é o desafio da escola do campo.

No entanto fica mais fácil quando se junta a comunidade, movimentos sociais e outros para a intervenção nos processos formativos. A escola deve estar na sintonia de lutas por busca de seus direitos. Repensar a escola é fazer do campo a transformação social. A ideia é transformar a escola que já existe, começar pelo que se tem através das condições atuais.

Portanto, entende-se que para que a escola do campo se torne uma escola inclusiva ela deverá ser reconstruída, pois não é somente ter alunos com deficiência na escola para se constituir uma escola inclusiva, ela deverá ter o direito à educação garantido a todos que desejam participar desse processo.

Quando lutamos por igualdade social, pensamos logo na escola como caminho, ou logo vem no pensamento que a escola é o local onde esse processo acontece.

A lei garante a construção do PPP específico para a escola do campo que venha garantir a adequação das escolas rurais ao calendário e ciclo agrícola. Alguns estados brasileiros já fizeram estas adaptações, dentre eles o Maranhão, Alagoas, Sergipe e outros.

Veja o que os marcos normativos do Estado de Sergipe descrevem: No artigo 215, § 3º da Carta Política, orienta que o calendário da zona rural seja estabelecido de modo a permitir que as férias escolares coincidam com o período de cultivo do solo (BRASIL, 2012, p.19).

Como podemos ver aos poucos as escolas rurais estão se constituindo nas escolas do campo que queremos, buscando adaptar-se às necessidades do homem do campo, dando-lhes a oportunidade de estar incluído na escola, não sendo negado o seu direito por não ter condições de estudar em certas estações do ano onde ocorre o plantio.

Sendo assim a escola do campo deve ter uma concepção formadora de vida, de escola e de homem. Não deve ser uma escola alheia aos problemas da comunidade e a problemática das questões agrárias, trabalhar com a realidade tem a função de mostrar que o conhecimento adquirido do homem ajuda no processo educativo. Deve ainda ser o lugar para que vá se desvelando as contradições, devendo ser então a unidade de resistência camponesa, ensinando ainda aos camponeses que não se deve vender a mão de obra para o agronegócio, abandonando seu território. Cabe a escola ainda incentivar as comunidades a preservar as espécies de sementes crioulas, animais e mudas.

Como afirma Mendes:

A concepção de Educação do Campo [...] vem desempenhando um papel importante no reconhecimento do campo como um lugar de vida, de trabalho, de relações com especificidades próprias, onde vive populações que caminham em busca do seu reconhecimento e, como “*sujeitos de direitos*”, refletem, reelaboram e recriam as situações cotidianas, a partir das próprias condições de existência social em que estão inseridas. (MENDES, sd, p.1).

Podemos então afirmar que a escola não deve estar ausente do debate político que envolve o meio rural, e essa escola tem um grande desafio mudar a realidade e as contradições. Deve discutir como ajudar os camponeses a continuar sendo camponês, mostrar que o capital ao mesmo tempo em que subordina também exclui.

Tentar mudar a ilustração do capital com relação ao camponês que mostra sua figura como alguém que não sabe ler e nem falar, um sujeito sujo e rasgado o que na realidade não devemos aceitar o homem do campo retratado desta forma. Não devemos generalizar as mudanças por parte daqueles que estão estudando e tentando mudar essa realidade. A ciência deverá desvendar a aparência.

A escola deve cultivar os valores da classe trabalhadora. A educação do campo pode-se dizer que é tudo que acontece na escola e fora da escola.

Diante do exposto pode-se verificar que entre as políticas existentes e as propostas de mudanças para as escolas do campo, ainda há a necessidade de aprofundar os elementos para o debate da educação inclusiva nas suas especificidades, visto que estamos lutando por uma educação onde todos os elementos são característicos da educação inclusiva. Essa então deverá fazer parte das discussões, da escola do campo que estamos propondo.

|

2.2. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL NO CAMPO

O Plano Distrital de Educação (PDE) aprovado e publicado em:08-05-2015 tem dedicado a sua meta oito exclusiva para as escolas do campo. Garante a “Educação Básica” nas escolas rurais do Distrito Federal, isso é uma grande conquista para a população camponesa.

Sabemos que essa população sempre sofreu exclusão por não haver políticas públicas voltadas para as escolas do campo, e com isso campo tornou-se esquecido. Com isso a população rural teve seus direitos negados, o que é uma forma de excluir o homem do campo de seus direitos a educação.

O Plano Distrital de Educação visa:

Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (GDF, 2015, p.15).

Pode-se dizer então que foi uma grande conquista para a população rural do Distrito Federal ao ser aprovada a meta oito, tendo garantido o direito à educação básica, pois sabemos que essa população tem grande dificuldade para chegar até a escola, o PDE não somente garante em seu texto a educação à população rural, mas garante ainda a inclusão, ele somente não menciona as pessoas com deficiências. O GDF através da Orientação Pedagógica, em seu Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal, tem como objetivo garantir educação de qualidade para todos, condições adequadas para a aprendizagem dos estudantes com deficiência incluindo acesso e participação.

Supõe-se que, essa Orientação é válida para as escolas rurais, uma vez que as mesmas estão localizadas no DF, veja a seguir o que diz essa orientação.

O governo do Distrito Federal orienta ao sistema educacional a dispor de:

Oferta de atendimento educacional especializado na própria instituição educacional, no período denominado de contraturno e, quando necessário, no próprio turno de matrícula do estudante;
Continuidade de estudo e acesso às mais elevadas etapas e modalidades de ensino ao estudante;
Promoção de acessibilidade física e de transporte, bem como ajudas técnicas nas comunicações;
Formação continuada dos que atuam especificamente no atendimento educacional especializado e na formação continuada dos professores que atuam no ensino regular na perspectiva de educação inclusiva. (GDF, 2010,p.19).

Essa orientação foi baseada nas legislações: internacional, federal e local. A qual em seus princípios legais determina ao sistema educacional do Distrito Federal designar recursos para que possa atender todos os estudantes com deficiência, dando-lhes a oportunidade e condições para o desenvolvimento e aprendizagem, porém os benefícios citados ainda não chegaram as escolas pesquisadas. Uma das escolas pesquisadas o Centro Educacional Agrourbano/ Ipê, os professores não tem uma preparação para trabalhar com alunos com deficiência.

Entende-se que as escolas rurais do Distrito Federal que foram objeto desta pesquisa deverão fazer valer os direitos dos alunos com deficiência garantidos na orientação pedagógica da Educação Especial de 2010 uma vez que o Governo do Distrito Federal garante em Lei. A LDB em seu artigo 5º diz que quando esses direitos forem negados deverá então ser acionado o poder público para que esses alunos tenham seus direitos garantidos (BRASIL, 1996).

O atendimento especializado citado acima no turno ou no contraturno é feito em salas de recurso o que segundo Bersch é destinado ao atendimento especial, atendimento esse que pode desenvolver as habilidades do aluno, facilitando sua aprendizagem, a sala de recurso funciona como uma espécie de elo entre o aluno e o professor (2011).

Entende-se que a partir das respostas dos entrevistados não foi possível chegar a uma definição de quais fatores são determinantes para a existência de uma sala de recurso nas escolas, tendo em vista que a lei determina a implantação

da Educação Especial em todo o DF, e ainda assim umas das escolas pesquisadas ainda não ofertam esta política.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados e discussão estão de acordo com a pesquisa realizada e teve como objetivo analisar como acontece Inclusão Escolar no contexto da Educação Inclusiva

No PPP(2015), do Centro Educacional Agrourbano/ Ipê localizado no CAUB I no Riacho Fundo II, a escola faz referência a sala de recurso. Sabemos que esta é de suma importância para os alunos com deficiência, mas, no entanto, a sala não se encontra à disposição desses alunos, essa sala nunca funcionou por falta de professores capacitados para atender.

A segunda observação se deu no Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota localizado no Lago-Oeste em Sobradinho. Não foi possível ter acesso ao PPP, segundo uma professora da Escola teria que verificar com a diretora se eu poderia ter acesso ao documento, mas eu já havia falado com a mesma e ela disse ser um documento da escola e não poderia liberar. Por isso não foi possível analisar o PPP da escola, vez que não foi liberado o acesso ao documento.

Nas visitas à escola foi possível verificar que a escola trabalha com uma sala de recurso e uma profissional habitada para atuar na área. A escola trabalha fazendo conscientização através de oficinas e a semana da inclusão, na qual os alunos participam de palestras e são incentivados a conviver com os colegas com deficiência, apresentação de trabalhos, desenhos, vídeos e palestras.

O resultado desta pesquisa foi estruturado em duas categorias de análises:

1ª Categoria: O preparo do educador para a educação inclusiva;

2ª Categoria: As observações aos alunos com deficiência.

As escolas foram classificadas como: Escola 1,/ (Escola de Ensino Fundamental) e escola 2 (Escola de Ensino Médio) em relação aos professores estes serão apresentados nos resultados como Professor A e professor B respectivamente

4.1- ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

A discussão aqui proposta encontra-se fundamentada a partir do material teórico encontrado em Freitas (1996), Libâneo (2001), Sartoretto (2006) e outros, e na legislação nacional sobre políticas públicas para a educação na perspectiva da Educação Inclusiva.

1ª Categoria

Com relação à primeira questão realizada na entrevista, questionou se existia processo de formação de professores para atuar com a educação inclusiva, a resposta obtida foi que na escola 1 (escola de ensino fundamental) o professor A afirmou que não há nenhuma formação para assumir tal papel. Já na escola 2 (escola de Ensino Médio) o professor B afirmou que existe sim processo de formação para atuar na educação inclusiva, que são os cursos realizados na escola e na regional de ensino.

Entende-se que é de extrema importância o preparo do professor para atender as necessidades desses alunos, como um professor poderá compreender os métodos e a forma de ensinar se este não tem uma formação continuada ou não participa de capacitações para a sua área de atuação.

A educação de pessoas com deficiência traz um grande desafio ao educador “buscar uma formação continuada e, acima de tudo, uma transformação da cultura pedagógica”. (FREITAS, 2006 p. 40).

O professor deve ter a oportunidade de se aperfeiçoar, se qualificar para exercer seu trabalho com um resultado satisfatório e com isso trará oportunidades não somente para si, mas também para seus alunos independente de sua condição. Para isso é necessário que os sistemas de ensino busquem as políticas de formação existentes, principalmente os programas denominados de Políticas Inclusivas, com objetivo de promover formação continuada.

A formação continuada é aquela que ocorre ao longo da vida do professor. Essa formação pode acontecer mediante diversas situações do cotidiano que apresente aprendizagem para o exercício profissional docente, porém caracterizada pelo trabalho acadêmico a formação continuada precisa estar estabelecidas por atividades devidamente preparadas para concretizar a construção, socialização e confronto de conhecimentos, de tal forma que os docentes como cidadãos e como professores possam avançar continuamente em seu caminho de desenvolvimento profissional (LIBÂNEO. 2004 p. 59).

A formação continuada são formas organizadas de crescimento profissional, oferecidas aos professores através de seminários, estágios, cursos e etc, que devem estar preparados para lidar com certas situações que surgem. A educação continuada é o caminho, para que se desenvolvam atividades visando promover o aprimoramento profissional.

Faz-se necessário, portanto, que o professor esteja preparado para que venha ser mediador do conhecimento entre o que o aluno precisa saber para aprender e o que ele já sabe, fazendo então com que os alunos sejam construtores de seus próprios conhecimentos. A falta de preparação do professor pode fazer com que esse aluno não aprenda da forma que deveria, o seu aprendizado pode ficar comprometido se o professor não tiver um pouco de conhecimento específico de cada situação.

Com relação ao item 2 do roteiro de entrevista que aborda sobre quais temas são abordados na formação, identificamos as seguintes respostas. O professor A da Escola 1, afirmou que não há capacitação, e o professor B da Escola 2 respondeu que a capacitação gira em torno de assuntos voltados aotema. Entende-se que a capacitação é uma forma de preparar o professor para trabalhar com alunos com deficiência o MEC quando sugere que pessoas com deficiência devera ser atendido dentro de uma pedagogia centrada na criança e capaz de satisfazer tais necessidades (BRASIL, 1994) podemos então entender há necessidade da existência de um preparo, pois somente assim o professor poderá ter noções de como lidar com tais situações que poderá ocorrer no dia-a-dia.

Podemos dizer que ainda há escolas e professores que não estão preparados para receber esse tipo de alunos, se o professor não se prepara esses então

não estão aptos para lidar com as necessidades desses alunos que são muitas, cada aluno apresenta um tipo de necessidade diferente.

Sartoretto (2006) afirma que:

[...] investir na formação do professor é tarefa bastante complexa, porque, além da fundamentação teórica, envolve o desafio da reflexão sobre a prática cotidiana e, em decorrência disso, a necessidade da mudança, fundamental para que a inclusão se efetive (p. 83).

Portanto faz-se necessário que a escola incentive e/ ou possibilite a participação dos professores em oficinas pedagógicas, momentos de estudos seminários e cursos formativos direcionados para a educação inclusiva, para que venha desempenhar sua função com segurança, e assim esse aluno tenha um maior desempenho nas habilidades trabalhadas. A capacitação é essencial para que os professores saibam como lidar com as demandas apresentadas, e venham ter noções básicas de como lidar com esses alunos.

Com relação ao item 3 do roteiro de entrevista a pergunta era a forma de ensinar se é correta para o aprendizado ou não? Identificamos as seguintes respostas. O professor A da Escola 1, afirmou que deve haver capacitação para sabermos como lidar com os alunos, e o professor B da Escola 2 respondeu que “não” e explicou que seria devido as salas cheias, o professor não consegue atender o aluno como manda a legislação.

Pode-se dizer mais uma vez que há uma grande necessidade que seja promovida capacitação aos professores. O professor A diz não estar ensinando de forma correta por não saber como trabalhar com a necessidade apresenta, pelos seus alunos.

O professor b tem menos problemas devido à escola trabalhar com sala de recurso e sempre haver capacitações. Porém questiona uma grande dificuldade enfrentadas que é a superlotação das salas de aula, e “problemas estruturais”, não sendo possível proporcionar o atendimento de acordo com as necessidades de cada aluno.

O aluno com deficiência as vezes tem uma dificuldade maior para assimilar os conteúdos, isso exige uma atenção maior do professor, dificilmente ele

consegue em uma turma grande atender esse aluno conforme as suas necessidades, o que acaba prejudicando o aprendizado.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (BRASIL, 2006, p. 13).

A sala de recurso exerce o papel de elo entre o professor do ensino regular e o aluno. É obrigatória a existência de uma sala de recurso nas escolas públicas do Distrito Federal, onde há uma quantidade de alunos exigida pela regional de ensino, as escolas que não tem essa quantidade de alunos são obrigadas a enviar seus alunos para a escola mais próxima, sendo que é obrigatório ao aluno frequentar a sala, pois é através dela que o professor poderá verificar as dificuldades do aluno, adaptando assim o currículo para a avaliação. A escola 1 deveria ter uma sala de recurso ou enviar esses alunos para outra escola, porém isso não ocorre, com isso o direito desses alunos são negados e seu aprendizado comprometido.

Bersch afirma que:

Será no espaço das salas de recursos, que é destinado ao atendimento especializado, na escola, que o aluno experimentará várias opções de equipamentos até encontrar o que melhor se ajusta a sua condição e necessidade (BERSCH 2011, p. 133).

A sala de recurso possibilita aos alunos com deficiência desenvolver o aprendizado e habilidades para participar das aulas, e faz com que esse aluno tenha mais facilidade em fazer as atividades propostas pelo professor, facilita ainda sua interação com os colegas de sala de aula. Essa sala atende o aluno no horário contrário ao da aula, possibilitando esse aluno ter um ensino direcionado as suas necessidades específicas, o professor atende somente um aluno por vez, dando uma atenção maior e verificando qual a forma melhor de

ensinar, uma vez que esse profissional é habilitado para atender essas demandas, ela tem o papel de facilitar o aprendizado do aluno com deficiência o professor avalia o aluno e assim pode adaptar o currículo as necessidades desses alunos. Pode-se dizer que a falta de uma sala de recurso na escola traz graves consequências ao aprendizado desses alunos, tendo em vista que somente o professor em sala de aula por mais que ele se esforce a maioria das vezes ele não tem condições de transmitir tudo que o aluno necessita aprender, tendo assim uma grande necessidade de um atendimento voltado as suas necessidades.

Com relação ao item 4 do roteiro de entrevista as perguntas foram

- a) qual a metodologia aplicada para que os alunos absorvam melhor o conteúdo e
- b) os sentimentos vivenciados pelos professores.

Identificamos as seguintes respostas. O professor A da Escola 1, na resposta A ele afirmou que deve ser método específico para cada caso, pois alguns alunos possuem serias dificuldades na interpretação, na resposta B ele diz que: “os sentimentos são de sempre fazer o melhor para atendê-los, porém as limitações que vão desde o conhecimento específico do professor e a falta de estrutura da escola, a tendência é prejudicar esses objetivos. O professor B da Escola 2, em sua resposta A ele diz que: “Respeitar o que a LDB, e o que a legislação propõe, na resposta B, ele diz que são “sentimentos de dever cumprido ao colocar o aluno para exercer seu direito”.

Pode-se verificar mais uma vez através da fala do professor A que há uma grande necessidade de um conhecimento específico, para que este não venha estar limitado sem saber como lidar com essas dificuldades, a falta de um apoio pedagógico pode fazer com que essas crianças deixem a escola ou que permaneça sem progredir, isso implica em uma forma de exclusão. (BRASIL, 2004).

Pode ser constatado através da fala do professor 2 que há limitações, o professor não consegue trabalhar em uma sala superlotada com um aluno com deficiência. A escola deve trabalhar com turmas reduzidas onde há crianças em processo de inclusão escolar.

As escolas pesquisadas necessitam de mudança, de inovar, e modernizar elas precisam de reestruturação das condições atuais que são aumento de salas de aulas, pois o fator que leva essas salas estar super-lotadas é a falta de professores e mais salas de aula.

2ª Categoria: As observações aos alunos com deficiência.

O objetivo dessa categoria é demonstrar e analisar como ocorre a Inclusão Escolar nas escolas rurais do Distrito Federal na perspectiva dos alunos com deficiência.

Tem como foco principal investigar e relatar sobre alguns elementos que compuseram as observações aos alunos: A, B, C, D.

Em visita à Escola 1 de ensino fundamental pode-se verificar que a escola necessita de uma sala de recurso, em uma dessas visitas tive acesso ao PPP da escola para consulta, que em sua organização administrativa, compõe-se de sala de recursos para o atendimento nos períodos matutinos e vespertino (PPP, 2015).

Entre os projetos da escola relatados nesse documento está a existência de uma sala de recurso na escola. (PPP, 2015). Porém a sala não se encontra a disposição dos alunos, por falta de professor especializado na área.

Veja o que diz a Secretaria de Educação Especial:

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras, Ensino da Língua Portuguesa para Surdos, [...]. (BRASIL, 2006, p. 17).

Sendo assim é de extrema necessidade que os alunos: A e B tenham acesso a sala de recurso, pois com esse recurso os alunos poderão desenvolver seus aprendizados, e então promover habilidades tornando-os assim independentes, facilitando cada vez mais as atividades realizadas por eles.

O aluno A demonstra uma grande dificuldade na leitura de palavras irregulares ou pouco frequentes, ler e interpreta textos curtos. Demonstra ainda uma grande dificuldade para realizar atividades que envolva o raciocínio lógico-matemático, observa-se uma melhora quando faz uso da calculadora ou de um material concreto, material esse que deveria estar em uma sala de recurso se houvesse.

Já o aluno B segundo declarou a professora é um aluno com um quadro de paralisia cerebral, esse só consegue fazer as atividades em um computador, no momento o da escola esta com defeito, e sua família não tem condições de comprar um computador, ficando então prejudicado o seu aprendizado. O aluno tem muita dificuldade devido a sua deficiência e ainda assim não tem o apoio necessário que a escola poderia lhe proporcionar.

Sendo assim o aprendizado desses alunos fica comprometido devido a escola não ter acesso as politicas de Inclusão.

Todos os alunos com deficiência da escola possuem monitor contratado pela regional de ensino, os monitores dos alunos observados A e B trata-os com muito carinho sempre auxiliando levando ao banheiro e esses alunos são muito apegados aos seus monitores.

As observações ao Centro Educacional Professor Carlos Mota, se deram aos alunos: Jhonata(aluno C) e Luciana (aluna D).A escola atende os alunos em sala de recurso duas vezes por semana duas horas por dia em horário inverso ao do turno regular de aula do aluno. É realizada uma capacitação a esse professor que trabalha na sala de recurso de quinze em quinze dias, esse repassa os conhecimentos adquiridos ao professor do aluno. Capacitações que são oferecidas pela regional de ensino.

Observei a aluna D do segundo ano do ensino médio, que segundo dados apresentados pelo professor é uma aluna com deficiência intelectual, apresenta déficit de atenção, sinal de esquizofrenia, epilepsia e transtorno mental, apresenta ainda um quadro de distanciamento afetivo e isolamento social, afastando-se assim dos colegas os quais também se distanciam dela, porém são muito respeitosos, com a aluna. A aluna com a adaptação do currículo através da sala de recurso tem um avanço significativo devido ao seu quadro clinico porem esse auxilio tem ajudado bastante no seu crescimento,

pude acompanhá-la durante pouco tempo na sala de recurso, devido a aluna não se sentir a vontade com a minha presença. Durante esse período pude notar o quanto a sala de recurso ajuda no aprendizado dela.

Observei ainda o aluno D do sétimo ano de ensino fundamental, ele é um aluno que escuta mais não processa as informações, para se trabalhar com ele é necessário um ambiente silencioso, para que consiga acompanhar, às vezes ele acompanha e às vezes ele resolve que não vai participar e não existem argumentos para convencê-lo.

Não o acompanhei na sala de recurso devido o horário ser inverso as vezes que fui não consegui encontrá-lo e quando tentei marcar ele estava de atestado médico, mas pude observar na sala de aula que seus rendimentos não são bons devido a sala de aula ser muito cheia, e como foi colocado anteriormente a dificuldade de concentração do aluno, segundo a professora esse acompanhamento em sala de recurso tem ajudado muito devido em sala de aula o aluno não conseguiu se concentrar.

Às vezes ele é agressivo com os colegas, que em algumas vezes revidam. A escola trabalha fazendo conscientização através de oficinas e a semana da inclusão, onde os alunos participam de palestras que incentivam a conviver e respeitar os colegas com deficiência, apresentação de trabalhos, desenhos, vídeos e palestras.

Conclui-se que as escolas rurais mesmo estando dentro do DF, só pelo fato de ser uma escola do campo estão sendo esquecidas pelos nossos governantes. Tendo em vista que na escola 1 não existe sala de recurso para auxiliar os alunos, e ainda faltam profissionais preparados, a escola não trabalha com capacitação do professor, já a escola 2 trabalha muito bem a sala de recurso com profissionais preparados, porém suas salas de aula são super lotadas não tendo condições do professor de uma atenção maior aos alunos deficientes.

Portanto os direitos das pessoas com deficiências estão sendo negados como podemos ver no resultado da pesquisa nenhuma das escolas estão com seus processos inclusivos conforme orienta a legislação. Portanto ainda falta muito para que as duas escolas pesquisadas venham a ser incluídas no que determinam as leis referidas neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar como acontece inclusão Escolar no contexto da Educação Inclusiva DF, de acordo com os resultados obtidos foram identificados que há uma política de inclusão para essas escolas, porém como podemos ver as escolas não tem acesso total a essas políticas. Para que exista inclusão é necessário que as políticas de inclusão cheguem por completo em todas as escolas do campo.

O tema inclusão tem sido muito falado na área de educação, inclusive em jornais de grande cobertura nacional mostrando várias experiências que estão dando certo. A realidade é que para que sua real efetivação aconteça ainda existem muito a ser superado. Podemos ver ainda nas entrevistas aos professores onde apontam mudanças a serem feitas.

Analisando as pesquisas pude verificar que os professores afirmam em suas respostas que a inclusão é bem diferenciado que estipula as leis, quando o professor da escola 1 cita: “não há capacitação para os professores “, podemos ver descaso com a educação no nosso país. A nossa legislação garante professores preparados, porém no cotidiano escolar tais obrigações não estão sendo cumpridas como deveria. A falta de preparo é uma das maiores dificuldades apresentadas pelos professores quando perguntei quais os sentimentos vivenciados ao primeiro contato com o aluno com deficiência na escola, veja o que respondeu o professor da escola 1:

Sempre de fazer o melhor para atendê-los, porém há limitações que vão do conhecimento específico do professor, a falta de estrutura da escola tende a prejudicar os objetivos. (Professor A escola 1 entrevistado).

Portanto os resultados desta pesquisa aponta uma falta de compromisso do governo com a Educação Inclusiva, pode-se dizer que ainda existe um longo caminho para que as escolas rurais possam atender essas pessoas como determina a lei. A escola 2 existe um processo de inclusão, mas ainda falta resolver a situação das salas que estão cheias. Quando perguntei ao professor

sobre as formas de ensinar se acha correta para o aprendizado desses alunos a resposta obtida foi:

As salas cheias demais e muitas vezes o professor não consegue atender o aluno como manda a legislação, problemas estruturais falta de salas e professores para que possa atendê-los. (professor B escola 2 entrevistado)

Como podemos ver ainda que exista uma política de inclusão nesta escola ela ainda não está cumprindo totalmente o que diz a legislação, as salas que existem alunos com deficiência não poderá ter a mesma quantidade de alunos que as outras turmas.

Durante a trajetória da pesquisa pude verificar que nas duas escolas pesquisadas ainda há, falta de profissionais preparados para atuar em sala de aula e em uma delas não existe atendimento em sala de recuso e ainda, a escola não tem espaço adequado para que esses alunos possam estar em uma turma com menor numero de alunos. Ao finalizar esta pesquisa, algumas certezas podem ser apresentadas, uma delas é que para haver inclusão é necessário que venha haver compromisso tanto da equipe escolar como do governo, para que se tenha uma educação mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação do campo: Marcos normativo**. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-Secadi, Brasília, 2012.

BRASIL,Ministério da Educação. **Educação inclusiva**. V. 3. Brasília:

BRASIL,Ministério da Educação. **Educação inclusiva**. V. 3. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para o atendimento Educacional Especializado**. Secretaria de Educação Especial, 2006.

BERSCH, Rita. **Ae aluno com deficiência física**. Moderna. São Paulo, 2011.

BOGDAN, Robert. Biklen, Sári. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Local: Porto Editora-1994.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. São Paulo, 1994

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a pratica educativa. In: **Inclusão revista da educação especial-ano2**, n. 03, dezembro, 1996.

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Audiência pública sobre plano distrital de educação (PDE) 2015-2024**. Brasília, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: Política, Estrutura e Organização**.São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA. P.A. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira** (Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996). Ministério da Educação. Brasília, DF.

MENDES, Marciane Maria. **Educação do Campo uma proposta curricular em construção**.Mmio s/d.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Escola do Campo**. In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, Roseli et al.(Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SARTORETTO, M. L. M. Inclusão: teoria e prática. Em: Ensaio Pedagógicos, III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006, p.81-84

SERVA, M.; JAIME JR, P. **Observação participante e pesquisa em administração**: uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.1, 1995.

UNESCO. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e **linha de ação sobre necessidades**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf>. Acesso: 19-03-2015.

PPP- Projeto Político Pedagógico. Escola-campo. Centro Educacional Agrourbano/ Ipê localizado no CAUB I no Riacho Fundo II – DF, Jan/Dez, 2015.

VIGOSTSKY, Lev. Semonovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal** p 5.7

APÊNDICE 01:

Roteiro de entrevista para os professores

- 1- Na escola em que você trabalha é realizada capacitação para professores? () sim () não. Se sua resposta for “sim” responda os números 5; 6 e 7 se for “não” pule para o numero 8.

2- Quais os temas abordados? _____

3- Quem realiza? _____

- 4- Em sua opinião a forma de ensinar tem sido a correta para o aprendizado destes alunos? () sim () não. _____

- 5- Em sua opinião qual a metodologia seria aplicada para que esses alunos absorva melhor o conteúdo? _____